



SOU EU MAIS  
LIVRE, ENTÃO

DIÁRIO DE UM  
PRESO POLÍTICO  
ANGOLANO

LUATY BEIRÃO

*seguido de*

LUATY BEIRÃO, INIMIGO DO MEDO  
*entrevista de Carlos Vaz Marques*

LISBOA  
TINTA-DA-CHINA  
M M X V I

# ÍNDICE

Este livro segue a opção ortográfica de cada interveniente.

O diário não é uma mera reprodução dos manuscritos de Luaty Beirão, mas sim uma versão editada e revista pelo autor.

© 2016, Luaty Beirão  
e Edições tinta-da-china, Lda.  
Rua Francisco Ferrer, 6 A  
1500-461 Lisboa  
Tels.: 217269028/29  
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Sou Eu Mais Livre, Então:*  
*Diário de um preso político angolano*

Autor: Luaty Beirão  
Entrevista: © Carlos Vaz Marques  
Revisão: Tinta-da-china  
Composição: Tinta-da-china  
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Novembro de 2016

ISBN: 978-989-671-352-2  
Depósito Legal: 416958/16

CARTA DE PEDRO COQUENÃO • 7

NOTA PRÉVIA • 9

DIÁRIO • 15

*Caderno 1* • 17

*Caderno 2* • 147

*Caderno 3* • 149

CARTAS DO HOSPITAL • 165

LUATY BEIRÃO, INIMIGO DO MEDO • 171

Entrevista de Carlos Vaz Marques

*O filho rebelde do regime* • 173

*Músico, engenheiro e economista* • 193

*De Lisboa a Luanda à boleia* • 208

*Cocaína na bicicleta* • 224

*O rapto de Mónica* • 238

*36 dias kamikaze* • 245

*Nem herói, nem revolucionário* • 269

CARTA DE UM AMIGO,  
À CABECEIRA DE LUATY BEIRÃO  
NA CLÍNICA GIRASSOL

Escrevo-te enquanto te vejo aqui deitado na cama e és rodeado por todo o tipo de pessoas ao longo de um dia inteiro. Algumas vêm sugar mas, no essencial, vejo muito amor. É disso que te tens alimentado. Mas também vejo muitas ferramentas a serem deixadas para ti. Para todos. (Incrível o que tanta incompetência e prepotência provocou. Nada voltará a ser igual.)

Foste empurrado de Ikonoklasta para «Ikóniko» quando promoveste uma manifestação que não organizaste, entraste numa greve de fome que não iniciaste, mantiveste firmeza e tentaste ser coerente, como em todas as coisas em que te meteste até agora. (Sabes que eu não acredito na coerência como virtude humana.)

Passaste 90 dias numa solitária na Calomboloca. Foste tardiamente transferido para o Hospital-Prisão de São Paulo. Estás agora numa clínica privada. Mas o soro alimenta tanto aqui como noutro lugar. E os dias passam. Passaram 30. Cumpriste a greve à risca e aguentaste até aqui pela tua vida saudável, mas agora ela está no limite.

Se o primeiro objectivo de uma greve de fome é chamar a atenção para uma causa, ele já foi conseguido como nunca imaginaste, tenho a certeza. Nada voltará a ser igual. Se o outro era o de conseguir aguardar julgamento em liberdade, esse ainda não se perdeu.

Estou convicto de que o melhor desfecho não é ficares de fora do que há para fazer. Nem virar as costas ao amor todo que recebeste ou aos teus companheiros de cela. Ouço falar de agressões. As greves

todas entre os restantes presos pararam. As greves de justiça e humanitárias continuam. Temos de continuar.

Lembras-te de uma das coisas que gostavas de dizer em caso de confronto com força desproporcional? «Dá as costas.» Foi o que fizemos todos naquela noite na Sagrada Família, com a polícia de intervenção, armada, cães, tanques à nossa frente. Faz o mesmo. Vira as costas ao agressor. Não há sabedoria do outro lado.

Abraça todo o amor e agarra todas as ferramentas. Junta-te aos teus companheiros; aos presos na prisão e a todos os que continuamos presos cá fora. Vamos acreditar que uma boa parte das pessoas que se solidarizaram com a tua greve de fome vai manter-se solidária. Vamos acreditar que os jornalistas e todos os que se interessaram pela tua história vão querer saber mais sobre ti, mas essencialmente sobre o que move quem se insurge. A tua utilidade está em poderes desviar essa importância de ti e em continuares a assumir a responsabilidade que todos temos.

Vira as costas. Põe-te bom. E vamos.

Até lá seguimos gritando «Liberdade já!». Vencendo os que avaliam manifestações como *sprints*, pela continuidade natural e inevitável de quem já vem de trás.

Dispensa o endeusamento e usa estas ferramentas todas que ganhámos. Só tu as podes usar e partilhar, como gostas.

Para mim continuas a ser um tipo que quero guardar para a vida. Temos bué coisas para fazer.

Cúmplice, Pedro Coquenão

P.S. — E guarda esta dica: Clube do Livro Pensamento. Topas?

## NOTA PRÉVIA

Fui detido no dia 20 de junho de 2015. Uma cena tirada de um filme que cruza ação e comédia *low budget*, envolvendo um contingente de mais de dez veículos policiais, acima de 50 homens, a rua fechada ao trânsito, pistolas e câmaras de filmar — mas sem algemas suficientes, sem conseguir manter as coisas de cada um separadas e bem identificadas e, extremamente grave, sem a exibição de mandado de captura ou sequer leitura de direitos no ato de detenção. «Flagrante delito», vociferaram.

Depois de ultrapassada a fanfarra intimidatória e a tortura psicológica inicial, de se fechar o primeiro portão metálico por trás de mim, começou o longo processo de reclusão que viria a durar pouco mais de um ano, com um intervalo de três meses em prisão domiciliária e uma greve de fome de 36 dias.

Eles seguramente sabem do desamparo dos primeiros dias, jogam com isso. O isolamento num ambiente austero é tão intenso como eletrochoques nos testículos para extrair informação de um biltre recalcitrante. Outra forma de tortura, mais subtil, menos repugnante aos olhos da opinião pública, mais... legal.

Foi apenas no dia 3 de julho, quase duas semanas depois, que finalmente me foi permitido o acesso a livros e à escrita. Entregaram-me o meu primeiro caderno e esferográficas. Naquele instante, era o melhor presente do mundo, como pode atestar a prolificidade dos rabiscos, esses que chegaram a este livro: 115 páginas — ainda que A5 e manuscritas — em 13 dias.

Escrever, assim como ler, representou mais do que uma distração. Foi um autêntico escape, uma fuga daquele espaço contíguo, a abstração de tudo o que estava errado e a viagem pelos mundos imaginários criados por artistas da pluma e da alma, ajudando a passar o tempo mas também a relativizar todo o sofrimento ao qual fomos sujeitos, a manter-me otimista.

Durante um tempo acreditei que já tínhamos atingido velocidade de cruzeiro e que uma rotina se instalaria, mas rapidamente constatei que era quimérica essa esperança, que ia estar permanentemente sujeito a alterações de estado de espírito, e que a intenção era justamente essa: manter-nos num carrossel emocional de tal ordem que nos fizesse quebrar mentalmente e aprender uma lição qualquer.

Acabaram por me afetar. Perante alguns recuos em relação à forma como recebíamos as nossas visitas, perdi a cabeça e pus-me a gritar impróprios no gabinete do reeducador-chefe, o intragável senhor Manuel «Lito» Pessoa. Valeu-me a punição de dois meses sem direito a visitas. Todo o contacto que passei a ter com os meus familiares resumia-se a um efémero minuto de troca de sacos: os das marmitas vazias, que regressavam a casa; e os das marmitas com a comida que me traziam, que voltavam comigo para a cela. Por vezes, alguns dos agentes penitenciários corriam riscos, desobedecendo a ordens expressas e deixando-me trocar dois dedos de conversa. Havia gente do piorio, mas também havia estes exemplos de humanismo, sobretudo da parte dos agentes menos graduados.

Infelizmente, nada disto consta deste diário, porque ficou num caderno — o segundo que escrevi — que me foi confiscado durante o segundo mês de detenção, numa daquelas «revistas surpresa» que se habituaram a fazer. E se até hoje não me foi devol-

vido, como era devido, é porque terá sido extraviado. Estará agora «perdido» com o diretor Agostinho de Calomboloca ou com um dos seus superiores. Teria também uma centena de páginas. Talvez nunca mais o veja.

Depois desse caderno confiscado, forneceram-me ainda um terceiro. Foi iniciativa da psicóloga-chefe e secretária do diretor do Estabelecimento Prisional de Calomboloca, e era mesmo um caderno escolar, com imagens de lutadores de *wrestling* em tronco nu na capa.

A ideia era criar um elo de confiança e preparar eventuais sessões de diálogo que nunca chegaram a acontecer. (Havia sempre um pretexto da parte deles, mas isso não me incomodou nem um pouco, porque também não via utilidade nenhuma nessas pseudo-conversas. No máximo, representariam uma oportunidade para sair um pouco da cela.) Pouco escrevi no terceiro caderno, tinha receio que voltassem para mo retirar. E pouco voltei a escrever depois disso — por falta de material, por falta de ânimo —, à exceção de alguns papéis soltos que arranjam maneira de sair da prisão antes de mim.

Salvou-se então o primeiro, por agilidade da minha querida amiga Cristina — e, eventualmente, alguma permissividade do agente de serviço naquele dia —, que o embarrou dentro de uns jornais que ela me levava, mas que chumbaram na censura. A intuição da Cristina foi muito certa. Dois ou três dias depois começaram as revistas à cela.

A Bárbara pediu-me que lhe mandasse as notas porque queria publicá-las. Eu achava-as bastante incompletas, desenxabidas, indignas de publicação. Ela mandou-me à merda e disse-me que enviasse mais e deixasse a modéstia para outra pessoa. Combinámos que lhe enviaria as notas em pequenos blocos, para ela fazer

uma avaliação mais minuciosa e ver se não estaria a forçar algo que não tinha qualidade suficiente para avançar. Ia lendo e dizendo que estava a adorar, a cobrar mais. Eu achava exagero. Se é modéstia, só posso assegurar-vos que não é falsa. Nada disto foi escrito para ser lido por outros, mas vamos lá ver o que achas tu, leitor, pois a ti cabe o veredito final.

*A todos os que juntaram as suas vozes às nossas reclamando por liberdade e por justiça, fazendo com que nos sentíssemos amparados e reforçando a nossa convicção na persecução dos nossos objetivos.*

*À minha família (os Silva, os Beirão, os Guerreiro e os Almeida), pela compreensão e pelo apoio, até nos momentos em que discordavam dos meus métodos. Só sou o que sou (seja lá isso o que for) por vossa causa. O meu amor por vocês é indescritível.*

*A José Eduardo dos Santos, por ter propiciado a minha passagem de irreverente malcriado a ícone da juventude. O kota foi o artesão de ambas as correntes de opinião. Sem a sua ação não haveria livro, a minha história seria muito banal. Agora sai só já!*

DIÁRIO



CADERNO 1  
PRESÍDIO DE CALOMBOLOCA

Caderno de anotações  
amarelmente afetado pelo meu  
preocupado irmão Pedro

Calamboloca

**Sexta-feira, 3 de julho de 2015**

---

Finalmente, ao cabo de 13 intermináveis dias de suplício, posso ler e escrever. Sem dúvida dois dos maiores prazeres que um preso pode ter.

Antes de me lançar numa análise acerca do que me está a suceder, gostaria de reservar as primeiras palavras para o indisfarçável estupor e orgulho que se foram apossando de mim no que concerne ao comportamento das «forças da ordem» e às instalações prisionais, bem como a sua, até agora aparente, forma pouco ortodoxa de organização.

Sou por natureza crítico. Acredito profundamente que a crítica sincera/frontal é a melhor forma de enfrentar os problemas e, descartando-se as castrantes relativizações, aplicar soluções concretas, ainda que de forma experimental. Não posso, no entanto, em nome da honestidade intelectual da qual sou igualmente acérrimo defensor, ignorar a minha recente experiência pessoal com as «forças da ordem» quando for generalizar «o comportamento da polícia».

Fui detido, juntamente com 12 outros ativistas (assumamos já aqui o eventual infiltrado), na tarde de 20 de junho de 2015, por uma vintena de agentes da Direção Nacional de Investigação Criminal (DNIC, agora SIC) que irromperam pela sala dentro de pistolas em riste e com gritos vigorosos, mandando toda a gente deitar as cabeças nas carteiras e colocar as mãos no ar, tal como costumamos ver em filmes. Ouvimos tantas histórias sobre a DNIC, as brigadas de baixa-visibility, «de limpeza», que não deixa de me assaltar o espírito, no meio de tanto espalhafato, a ideia de que poderá tratar-se dos nossos últimos suspiros.

Essas estórias abundam e são demais para serem totalmente efabuladas. Além das poucas que envolvem gente de peso e escorregam para o domínio público, redundando na obrigação de consequências legais (Caso Frescura, Quim Ribeiro e Cassule e Kamulingue, alguns dos mais mediáticos envolvendo gente que, se abrisse a boca, «Luanda não acorda amanhã»), eu próprio já ouvi da boca de um antigo vizinho — quando em conversa de ocasião lhe perguntei o que fazia da vida — a arrebatadora e deveras perturbante revelação: «Sou matador da polícia.» Sobretudo pela frieza e naturalidade com que aquilo lhe voou pela (sóbria) língua ainda uma segunda vez, depois da minha incrédula insistência: «Como?»

Depois de termos sido todos «pacificados» com as algemas atrás das costas, sentiu-se um imediato alívio por parte dos agentes, tanto no vigor dos seus gestos, como nas suas feições. Ficaram visivelmente mais relaxados, passaram a tratar-nos (e tratariam dali em diante) com relativa polidez. Houve ainda uma ou outra deriva autoritária. Afinal de contas, é essa a sua forma natural de lidar com detidos. Apesar das habituais irregularidades — não nos foi exibido mandado de captura, nem lidos os nossos direitos —, no trato físico e verbal os agentes foram, na generalidade, corretos. Voltarei às irregularidades mais adiante. Por agora, estou na parte dos elogios.

Ao fim de longas e exaustivas horas, fui finalmente conduzido para os calabouços nas instalações da DNIC no Bairro Popular, vulgo Pôpula. No caminho para lá, um dos agentes que fez parte da equipa de intervenção me ofereceu sumos e bolachas da sua ração militar distribuída na URP (Unidade de Rádio-Patrolha), a nossa primeira paragem.

Os agentes e o instrutor do nosso processo, Sr. Pedro João, despediram-se de mim com um aperto de mão e uma expressão

de alguma melancolia no rosto. Desejaram-me coragem e sorte. Pareceram-me sinceros.

A cela estava limpa e tinha bwé de garrafas de água cheias para despejar na pia em caso de cortes. Não sei se poderia ser mais exigente em relação às condições da cela. Pareceu-me ser um pouco melhor do que tinha no meu imaginário. A água corria durante pelo menos 30 minutos, duas vezes ao dia, cabendo a mim a escolha entre virar a alavanca para usar o «chuveiro» (um tubo com um centímetro de diâmetro), ou deixar que corresse apenas pela pia.

Os agentes vinham de manhã cedo saber como tinha dormido, uma segunda vez para trazer o matabicho da ordem (termo que designa a comida que é confeccionada no próprio estabelecimento) e pelo menos uma terceira para o almoço, que eu sempre negava, por recear a proveniência e a possível intervenção de gente mal-intencionada. Senti uma preocupação por parte dos carcereiros que me pareceu genuína. E quando vieram colocar-me na cela o primeiro saco, alegando que fora enviado pela Laurinda e pela Rosa, acabaram finalmente por perceber o recado. Notaram a minha absoluta resistência em sequer lhe tocar. Daí em diante, começaram a pedir ao portador da «oferenda» que se aproximasse da cela para que eu pudesse ouvir-lhe a voz e confirmar que o saco jamais tinha desaparecido do seu raio de visão.

Normalmente era a minha adorável e bastante persuasiva mulher, a Mónica, a fazê-lo. Senti, uma vez ou outra, uma mágoa por parte dos carcereiros. Certamente achando aquilo tudo exagerado, e vendo-se alvos de desconfiança, desabafavam tristemente: «Também somos seres humanos, estamos preocupados com o vosso bem-estar», como quem lamenta estar na posição de segurar na sua mão as chaves que nos trancam.

O primeiro contacto com o procurador Capita teve lugar na tarde de segunda-feira. Pouco mais fiz do que comunicar-lhe que não responderia a nenhuma questão sem a presença do meu advogado (eu então nem tinha advogado, nem tinha a certeza se alguém daria o passo em frente para nos defender). Ele anuiu, confirmando que estaria a fazer uso dos meus direitos, mas deixou no entanto a advertência: «Estas coisas têm prazos e amanhã será o último dia em que poderás ser ouvido. Caso o teu advogado não apareça e escolhas reservar-te ao silêncio, dão-se os factos como provados e o processo segue o seu curso.» (Dão é o caralho, pensei eu, mas disse-o apenas através de um plácido e cínico sorriso amarelo.)

Apesar de, por escrito, este aviso poder soar a ameaça, a figura do procurador e a sua forma de falar revelavam apenas um tagarela bem-disposto — se calhar, é daqueles que tiram a sua boa disposição do facto de mandarem pessoas para a cadeia, o que faria dele um daqueles irresistíveis filhos da puta com quem todos não conseguem evitar simpatizar, apesar de saberem que são uns canalhas. Parecia irradiar simpatia à sua volta, julgando pela forma como tratava os seus subordinados e pelo à-vontade com que estes se lhe dirigiam, numa galhofa permanente.

Não fiquei com má impressão dele nem do escrivão, Tandala, que vim a saber mais tarde ser um «colega» do *hip hop*, ex-parceiro de microfone do Xtremo Signo, de seu nome artístico Primo (ou Preemo). Fiquei satisfeito por saber que o *hip hop*, um estilo que já se viu associado às piores práticas sociais que se conhecem, tem produzido, ao fim de tantos anos, jovens com outra mentalidade, em cargos de relevância. Uma das funcionárias aproveitou um curto momento em que fui deixado a sós para me soprar entre dentes um abraço solidário do seu irmão, outro músico, o DJ Satélite.

Devo aqui fazer um *fast forward* do meu interrogatório, realizado pelo procurador Cachaca no dia seguinte — já com advogados do nosso lado e a presença de um trio de homens que alguém identificou como sendo da presidência. Em todo o caso, gente estranha que não se apresentou, não foi apresentada, nem explicou muito bem o seu papel no ato de interrogatório. E faço o *fast forward* por se ter tratado de uma sessão de pré-julgamento da ditadura, que parecia estar apenas a cumprir uma formalidade exigida por lei, para poder depois decretar a minha saída daquela sala diretamente para o muro onde encararia o pelotão de fuzilamento. Este episódio entra mais no domínio do expectável e não merece ter lugar nesta secção, que pretende focar-se essencialmente no elogiável. Passo diretamente para a minha condução até ao Estabelecimento Prisional de Calombo-loca, também chamado de Camembeia.

Fui transportado de uma forma que me fez sentir como uma espécie de Hannibal Lecter *meets* David Copperfield: de noite, num minibus dos serviços prisionais onde segui sozinho — apesar de sermos pelo menos três a ser transportados da mesma esquadra para o mesmo local e à mesma hora, Domingos da Cruz, Nito Alves e eu — dentro de um cubículo de metal que parecia um caixão na vertical, algemado e com os meus parcos pertences amontoados aos pés, sem sequer a mínima possibilidade de ver fosse o que fosse, pois o vidro era fumado e reforçado por um gradeamento na parte de dentro. Era o único desses compartimentos num minibus de 40 lugares sentados.

À chegada, não sei quanto tempo depois, seguramente mais de uma hora, fui «recebido» pelo que me pareceu ser todo o efetivo do presídio. Alguns eram das operações especiais, com os seus escudos e *tasers*. Mas foi o diretor, Miguel Agostinho, quem se dirigiu a mim com um discurso cortês de boas-vindas, como quem

recebe alguém na sua casa, apesar de algo reservado. Encorajou-me, dizendo que se tratava apenas de uma fase na vida, que a deveria encarar com a naturalidade que estes processos exigem, e assegurando-me de que seria tratado com respeito por todos os funcionários, apontando para o monte de agentes que se aglomeravam atrás de si.

Para tornar curta uma longa narração, vou só confirmar que até hoje (é o meu sétimo dia aqui, ou será o oitavo? Não me recordo se vim na quinta ou na sexta-feira passada) tenho sido exemplarmente tratado no que concerne à parte humana e dentro dos limites impostos pela disciplina prisional e pela obrigatoria demarcação entre serviços prisionais e presidiário. Todos os dias, ao alvorecer, recebo a primeira visita, que espreita pela minúscula janela na porta da cela por onde se passam os alimentos: «Irmão Luaty, como dormiu, a saúde?»; uma hora depois: «Irmão Luaty, como estás? Trago aqui o matabicho»; o mesmo se repete ao almoço e ao jantar e, por vezes, entre um e outro, quando surge alguma situação extraordinária. No entanto, a última passagem é sempre a do jantar.

Devido à preocupação com a nossa recusa em comer (vim a saber que pelo menos o Nito também enveredou pela mesma prática; dos restantes nada sei, nem quantos, nem quem somos aqui), fomos convocados pelo diretor ao seu gabinete, sempre separadamente, para lhe explicar as nossas razões. Não podíamos ter contacto uns com os outros.

O diretor tentou demover-me, recorrendo à retórica do «soldado tem de estar fisicamente forte e pronto para o combate. Saco vazio não fica de pé», mas bateu na rocha. Eu persisti na defesa dos meus argumentos iniciais, que se prendiam essencialmente com o fator confiança na origem dos quitutes. Propus-lhe assinar um termo de responsabilidade, assumindo que era uma

escolha pessoal que de forma alguma vinculava os serviços. Ele aceitou imediatamente, oferecendo-me papel e caneta para o efeito. Surpreendeu-me ao entregar-me, sem que lho tivesse solicitado, uma fotocópia da declaração. Elogiei a formação de todo o pessoal com quem tinha até ali mantido contacto e felicitei-o pela forma digna com que se empenhava na sua missão.

Nesse mesmo dia, e mesmo não nos sendo ainda permitidas visitas, nos termos da lei que o procurador/fuzilador me enunciou para justificar a minha prisão preventiva (esse prazo seria de dez dias *a contar do dia da detenção*), foi-nos concedida, de forma excepcional, a possibilidade de ver os nossos familiares a uma certa distância (uns dez metros), para que estes pudessem entregar nas mãos de agentes dos serviços a comida que traziam, a qual transitaria para as nossas mãos, sem que nenhum de nós a perdesse de vista, para evitar desconfianças. Mais um gesto que me deixou bem impressionado e que terá sido discutido *pelo menos* com o diretor-geral, António Fortunato. Seja como for, houve autorização e foi aberta a exceção. A minha vénia.

A minha cela é muito limpa e, apesar de «agreste» ou desnudada na sua configuração, não creio que pudesse ser muito melhor. Trata-se da «cela dos 21 dias», «cela disciplinar», «cela do castigo», ou ainda «mombaka», e destina-se a manter em isolamento e sem entrada de luz natural os presos malcomportados, para que estes se acalmem. Consta que o castigo mais pesado de isolamento nunca excede os 21 dias, o que parece ter-lhe valido uma daquelas denominações. Tem cerca de 3,5 × 2 metros e uma altura de mais ou menos três metros, e uma única lâmpada branca de baixo consumo, que a ilumina pobremente, mantendo-se permanentemente acesa. Nada daquela visão do inferno que alguns filmes americanos nos dão do isolamento — o «buraco» — sem luz

## LUATY BEIRÃO, INIMIGO DO MEDO

### ENTREVISTA DE CARLOS VAZ MARQUES

A entrevista que se segue decorreu em duas longas conversas à distância, por Skype, nos dias 14 e 16 de Outubro de 2016. Quase cinco horas de diálogo, com breves interrupções para se retomar a ligação quando a comunicação começava a tornar-se difícil. Luaty Beirão foi libertado no dia 29 de Junho, depois de ter sido condenado a uma pena de cinco anos e meio de cadeia por «actos preparatórios de rebelião de malfeitores». Tinha sido preso no dia 20 de Junho de 2015 quando participava numa sessão de debate sobre um texto de Domingos da Cruz, baseado na obra de Gene Sharp *Da Ditadura à Democracia: O Caminho para a Libertação* (ed. Tinta-da-china). Outros 16 activistas angolanos foram também encarcerados na mesma ocasião. O processo dos 17, como ficou conhecido, correu mundo e tornou-se particularmente embaraçoso para o regime de Luanda a partir do momento em que Luaty Beirão, a 21 de Setembro de 2015, deu início a uma greve de fome que se prolongaria por 36 dias. O músico, filho do primeiro presidente da Fundação Eduardo dos Santos, é desde 2011 um dos mais activos adversários do regime de José Eduardo dos Santos. Admite que «o medo é uma barreira muito difícil de transpor» mas encontrou em Nietzsche o lema que o encoraja: «O que não te mata faz-te mais forte.»

## O FILHO REBELDE DO REGIME

«TI ZÉ, TIRA O PÉ. TÔ PRAZO EXPIROU HÁ BUÉ.»

*Consegue imaginar em que medida aquilo que se passou teria sido diferente se o seu pai ainda estivesse vivo?*

Pensei nisso muitas vezes enquanto estava sozinho lá na minha cela. O que teria sido diferente? Não sei. Não consigo imaginar. Acho que ia haver vários pontos de conflito e, numa gestão desses pontos de conflito, talvez eu evitasse fazer algumas das coisas que faço hoje. Mas não sei dizer quais. Não sei até que ponto iria o conflito ou de que modo a nossa relação se poderia tornar algo de irreconciliável. Até que ponto podia ser afectada.

*A reacção dele seria sobretudo no sentido de o dissuadir ou no sentido de o proteger?*

As duas coisas. A finalidade seria proteger-me. Mas para isso teria de me dissuadir. Não seria por não concordar com as coisas que eu digo. Ou se calhar, sim. Por concordar parcialmente, talvez, mas sabendo das consequências que isso pode ter. Porque haveria implicações para toda a família. Ele próprio — que trabalhava no aparelho de Estado, era director nacional do Instituto Nacional de Telecomunicações — ia ser afectado.

*Nunca entraram em choque por razões políticas?*

Terá havido algum conflito quando eu comecei a questionar a origem dos nossos fundos. Eu indagava-me como é que ele tinha capacidade para pagar os meus estudos no estrangeiro.

E durante um tempo houve um mal-estar, um clima, porque comecei a atirar-lhe as coisas à cara, a dizer que aquilo era estranho porque o salário que ele declarava, o salário oficial dele, era uma coisa irrisória. Tivemos ali uns pequenos conflitos, nessa altura. Ele tentou explicar-me, por alto, que fazia outro tipo de trabalhos — de consultoria, e não sei quê, que fazia serviços privados — mas depois eu também ultrapassei um bocado essa situação. Percebi que era uma zona que, se eu fosse escarafunchar muito, poderia resultar em problemas a nível da nossa relação pessoal. Então, ultrapassei isso.

*Essas suas dúvidas eram uma forma de rebeldia juvenil ou já envolviam uma consciência política?*

Tinham um bocado dos dois. Diria que também tinham uma porção de hipocrisia da minha parte, que eu passei a reconhecer rapidamente: se eu não concordo com isto, se acho que está mal, se o meu pai não me convenceu, então tenho de me desvincular. Mas eu não o fiz. Não o fiz. Portanto, terá sido uma rebeldia um pouco pueril por não ser consequente. Mas sim, perceber que algo não bate bem, que este meu conforto não é normal, que não é natural numa cidade como a nossa, foi um *awakening*.

*Sente-se de alguma forma um filho do regime?*

Sim, é um termo que eu não vou refutar. Eu nasci com os privilégios todos, cresci com os privilégios todos da minoria que beneficia deste sistema desequilibrado criado pelo MPLA, o partido que governa o país desde 1975.

*O seu pai foi o primeiro presidente da Fundação Eduardo dos Santos (FESA). Alguma vez conheceu o próprio José Eduardo dos Santos?*

Eu?! Não. Nem sei com que frequência é que se viam. O meu pai também nunca me falou muito dessa proximidade entre eles. Tratava aquilo como um emprego normal, entre aspas. Nessa altura, eu ainda não ligava muito a essas coisas. Mas lembro-me — e foi a primeira vez que me lembro de ter visto o meu pai preocupado com algo que não tinha a ver connosco, com a nossa saúde, com a nossa educação, e a abrir-se ligeiramente comigo —, lembro-me de ele me ter revelado que queria sair da FESA e não sabia como. Eu, na minha inocência, disse-lhe: mete uma carta de demissão, diz que não queres mais, qual é o problema? Não é bem assim, as coisas não funcionam assim, não sei quê. Hoje em dia já percebo um pouco melhor. Ele acabou por conseguir sair, conseguiu continuar só no outro cargo que tinha, portanto não teve de fazer nenhuma travessia pelo deserto, pelo menos que eu me tenha apercebido. E não sei com que frequência eles se viam. Hoje muita gente tenta dizer que eu frequentava a casa do Zé Eduardo, que era amigo dos filhos dele, mas isso não é verdade. Não conheço pessoalmente nenhum. Ah, conheci uma vez o Zenu [José Filomeno dos Santos]. Nem tinha noção de que era filho do presidente. Estivemos uns minutos juntos mas foi tudo. Esse foi o meu único contacto físico, presencial, com um dos filhos dele. E uma vez vi a Isabel [dos Santos] numa das festas da Unitel, a alguns metros de distância. Quando o meu pai morreu, tudo o que o Zé Eduardo fez foi mandar um emissário da presidência com uma carta de condolências. Nem me lembro se a assinatura era manuscrita ou se era daquelas digitais. Foi tudo.



**SOU EU  
MAIS LIVRE,  
ENTÃO**

foi composto em caracteres  
Hoefler Text e impresso na  
Eigal, Artes Gráficas, em papel  
Coral Book de 80 gramas,  
em Novembro de 2016.

